

Multiplicar para combater: a experiência de formação de multiplicadores para a prevenção e combate ao abuso infantojuvenil

Amanda da Conceição Gonçalves¹, Fátima Cristina Alves de Araújo²

Resumo

Este relato de experiência foi confeccionado a partir da vivência de uma acadêmica no projeto de extensão “Abuso infantojuvenil: multiplicar para combater”, cujo objetivo é relatar a experiência da formação de crianças a adolescentes multiplicadores de ações de prevenção e combate ao abuso infantojuvenil. Como arcabouço teórico foram utilizados os princípios da educação popular em saúde e a educação por pares. O projeto foi realizado em uma escola da rede municipal de ensino de Nova Iguaçu, Rio de Janeiro. O público-alvo foram alunos matriculados na escola do sétimo ao nono ano do ensino fundamental. Foram realizadas oito sessões, com presença média de quinze jovens em cada uma. Por meio infantojuvenil da vivência, foi possível perceber que ações de educação popular em saúde e educação por pares são importantes instrumentos de transformação para crianças e adolescentes com grande potencial para prevenir e combater as situações de abuso infantojuvenil. A participação no projeto contribuiu para a ampliação do conhecimento teórico e prático adquirido na graduação em saúde, com uma abordagem multidisciplinar voltada para ações integrais de educação e promoção da saúde.

Palavras-chave

Abuso de crianças. Maus-tratos infantis. Violência infantil. Educação em saúde. Promoção da saúde.

¹ Graduada em Fisioterapia pelo Instituto Federal de Educação, Ciências e Tecnologia do Rio de Janeiro, Brasil. E-mail: fisio.amandag@gmail.com.

² Doutoranda em Saúde da Família na Universidade Estácio de Sá, Rio de Janeiro, Brasil; professora do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio de Janeiro, Brasil. E-mail: fatima.araujo@ifrj.edu.br.

Multiply to fight: the experience of training multipliers for prevention and fight against child abuse

Amanda da Conceição Gonçalves³, Fátima Cristina Alves de Araújo⁴

Abstract

This experience report was made from the experience of an academic in the extension project “Child-juvenile abuse: multiply to fight”. The aim of this study was to report the experience of training children and adolescents who multiply actions to prevent and fight child abuse, from the aforementioned project. As theoretical framework, the principles of popular health education and peer education were used. The project was carried out in a school in the municipal Education network of Nova Iguaçu, State of Rio de Janeiro, Brazil. The intended public were students enrolled in the school from the seventh to ninth grade of elementary education. Eight sessions were performed, with an average presence of fifteen young people in each one. Through the experience, it was possible to realize that actions of popular education in health and peer education are important instruments of transformation for children and adolescents with great potential to prevent and fight situations of child abuse. Participation in the project contributed to the expansion of theoretical and practical knowledge acquired in the undergraduate health, with a multidisciplinary approach focused on integral actions of education and health promotion.

Keywords

Child abuse. Child mistreatment. Child violence. Health education. Health promotion.

³ Graduated in Physiotherapy, Federal Institute of Education, Science and Technology of Rio de Janeiro, Brazil. E-mail: fisio.amandag@gmail.com.

⁴ PhD student in Family Health, Estácio de Sá University, Rio de Janeiro, Brazil; professor at the Federal Institute of Education, Science and Technology of Rio de Janeiro, Brazil. E-mail: fatima.araujo@ifrj.edu.br.

Contextualizando o fenômeno do abuso infantojuvenil

Ao se falar de abuso infantojuvenil, se faz necessário destacar que muitos estudos sobre a temática optam pelo uso do termo violência. Na literatura, os termos abuso, violência, maus-tratos contra crianças e adolescentes são utilizados como sinônimos constantemente. No entanto, sabe-se que são termos que apresentam diversos significados e que não devem ser utilizados indiscriminadamente (FERRARI; VECINA, 2002). Para definir este fenômeno, optou-se pelo termo violência que consiste no uso da força, poder e privilégios para dominar, submeter e provocar danos a outros indivíduos, grupos e coletividades (AZEVEDO; GUERRA, 1995; MINAYO, 2006; BRASIL, 2018). Com isso, neste estudo, optamos por utilizar os termos abuso e violência como sinônimos.

A violência infanto juvenil é conceituada como toda ação ou omissão que prejudique o bem-estar, a integridade física, psicológica ou a liberdade e o direito ao pleno desenvolvimento de pessoas da família. Pode ser cometida dentro ou fora de casa, incluindo pessoas que assumem função parental, ainda que sem laços de consanguinidade, mas com relação de poder em relação à vítima, que convivem no espaço doméstico ou dentro da comunidade. Inclui pessoas que convivem esporadicamente e agregados e não se refere apenas ao ambiente físico onde ela ocorre, mas também onde as relações são construídas e efetuadas. (SBP, 2018).

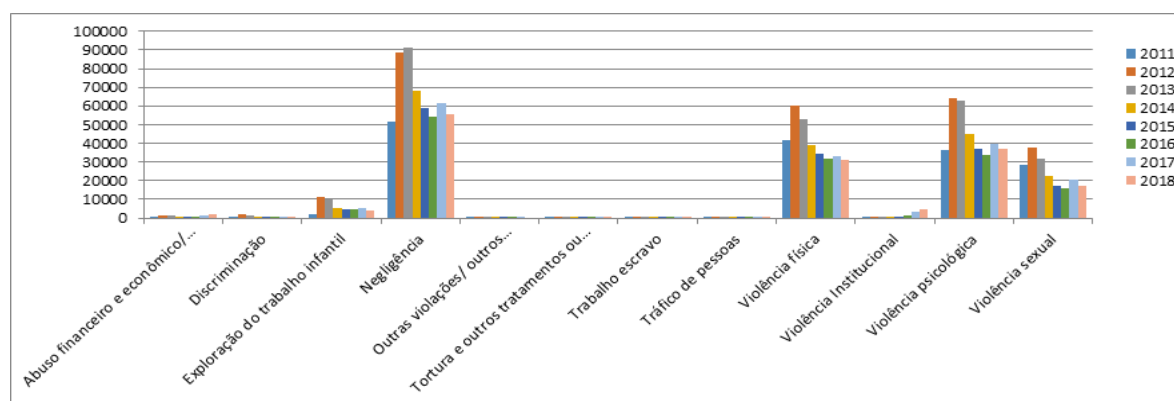
Para prevenir e combater atos violentos contra crianças e adolescentes, mostra-se necessária a adoção de propostas intersetoriais em que o campo médico-social se integra devido ao impacto à qualidade de vida; pelas lesões físicas, psíquicas e morais acarretadas e pelas exigências de atenção e cuidados dos serviços médico-hospitalares; e também pela concepção ampliada do conceito de saúde. (MINAYO, 2004)

Segundo o Ministério da Mulher, Família e Direitos Humanos (MMFDH, 2018), as crianças e os adolescentes são as principais vítimas em casos de violação de Direitos Humanos no Brasil. Das 137.516 denúncias recebidas pelo Disque Direitos Humanos (DISQUE 100) em 2017, 80.437 são referentes a casos de violência contra menores de 18 anos. Estima-se que o número de crianças e adolescentes vítimas de violência seja subestimado. A baixa comunicação das violências está associada ao medo de denunciar o abuso, haja vista que na maioria das ocasiões o autor é alguém bem próximo à vítima. E também há uma aceitação social da violência como forma de educar, bem como o despreparo dos profissionais dos diversos setores que têm acesso a crianças e adolescentes em acolher a comunicação e promover a denúncia do caso. Frente a isso, se faz necessário investir em

estratégias de prevenção com abordagem empática, respeitando a vítima e desenvolvendo habilidade de resolução de problemas como ponto de partida para a transformação devida. (SOUZA, 2007; BRASIL, 2012).

A fim de explicitar os dados existentes acerca das denúncias de situações de violência sofridas por crianças e adolescentes, o gráfico 1 apresenta dados do balanço geral de denúncias do DISQUE 100 realizado pelo MMFDH em todo o Brasil entre os anos de 2011 e 2018 de acordo com os tipos de violações denunciadas. É possível observar que as maiores ocorrências de abuso sofridos na infância são referentes à negligência, violência física, violência psicológica e violência sexual (BRASIL, 2019).

Gráfico 1 – Balanço geral de denúncias do Disque 100 entre 2011 e 2018



Fonte: MMFDH (BRASIL, 2019).

As consequências da violência contra crianças e adolescentes podem ser devastadoras. Tais atos podem provocar efeitos negativos nos aspectos emocionais e cognitivos durante toda a vida, ocasionando doenças como ansiedade e depressão e comportamentos prejudiciais à saúde (FERRARI; VECINA, 2002). Diante disso, todos os níveis de atenção à saúde precisam estar atentos a essa situação e implantar programas de prevenção, combate e assistência a crianças e adolescentes vítimas de violência, principalmente aos que vivem em contextos de maior vulnerabilidade social e programática.

A educação popular em saúde como estratégia para o desenvolvimento de ações de prevenção e combate ao abuso infantojuvenil

Diante da magnitude do impacto das situações de abuso contra crianças e adolescentes, esse é considerado um grave problema de saúde pública, colocando as vítimas

em situações de risco à vida, produzindo enfermidades e alterando a saúde da vítima (BARBIANI, 2016; WHO, 1996). Nesse sentido, a articulação entre o setor saúde e educação expressam a possibilidade de uma parceria frutífera, preconizando por abordagens que fortaleçam os fatores protetores à saúde, que estimulem as capacidades e o exercício do autocuidado e da ajuda mútua (BRASIL, 2010).

A Educação Popular em Saúde (EPS) tem como princípios político-pedagógicos a defesa da vida como estratégia para mobilização popular, no sentido de mudar as realidades do cotidiano. Ela problematiza a realidade mostrando-se um dispositivo de crítica social e das situações vivenciadas, permitindo a produção de sentidos para a vida, estimulando a vontade de agir em direção a mudanças de cenários que se julguem necessárias (BRASIL, 2007).

No desenvolvimento de ações baseadas na EPS são utilizadas metodologias participativas que, além de propiciarem uma melhor abordagem individual e coletiva das situações de violências, permitem uma organização de serviços diferenciada e respaldada em vários saberes, incluindo o saber da experiência familiar. Além disso, permitem também um processo avaliativo permanente a partir de diferentes olhares para o aprimoramento do potencial agregador dos serviços de saúde à sociedade. Em uma proposta metodológica participativa são valorizadas as experiências dos participantes, envolvendo-os na discussão, identificação e busca de soluções para os problemas abordados. Assim, participar significa mais do que estar presente nas ações: é principalmente estar incluído no processo de tomada de decisão, emitindo opiniões e sentindo-se confiante para buscar soluções em grupo (BRASIL, 2011).

Em qualquer circunstância, crianças e adolescentes precisam ser reconhecidos como sujeitos participativos e protagonistas, ou seja, como pessoas importantes para a modificação do seu contexto de vida. Isso deve ser estimulado na família, na escola, nos projetos sociais, nos serviços de saúde e da rede de proteção social. Promover estratégias para prevenção da violência é essencial para garantir que os jovens consigam se proteger e garantir seu direito à vida.

Educação por pares como forma de multiplicar a prevenção de abuso contra crianças e adolescentes

A educação por pares tem se mostrado eficaz para formação de crianças e adolescentes, pois valoriza a integração entre os envolvidos, influenciando positivamente na construção de conhecimentos, mudanças comportamentais e desenvolvimento de

competências específicas (CARVALHO; PINHEIRO, 2018). Esse é um recurso com o qual os jovens realizam intervenções educativas de forma informal durante um determinado período de tempo, a fim de desenvolver seus conhecimentos e contribuir para que os pares sejam responsáveis pelo próprio conhecimento. É um método versátil que pode ser empregado de forma individual ou em pequenos grupos nos mais diversos ambientes em que o jovem está inserido. O termo é originado do inglês *peer education* e é utilizado quando um indivíduo fica responsável por desenvolver as ações educativas do próprio grupo (CARVALHO; PINHEIRO, 2018).

É um método que apresenta as mais diversas potencialidades quanto à partilha de informações, pois, ao agirem como formadores de opinião influenciam o comportamento dos participantes da ação. A literatura diz que quanto mais elevada a participação dos educadores no ato de compartilhar os conhecimentos maior é seu empoderamento. Esse conceito é central e acredita-se que os pares que educam são os mesmos que aprendem, ou seja, promovem novas capacidades emancipatórias (CARVALHO; PINHEIRO, 2018).

Para implementação dessa abordagem é imprescindível saber ouvir o próximo. Nela, todos são importantes e sabem algo que pode complementar o aprendizado do outro. Além dessa característica, é necessário para a boa prática da educação pelos pares que ocorra: Suporte Social, Conhecimento Experiencial, Confiança, Confidencialidade e Fácil Acesso (BRASIL, 2010).

Durante o processo de formação todos são formadores. A pessoa responsável por facilitar as atividades deve estabelecer relação igualitária, e não há líderes. As atividades devem ser realizadas em um espaço físico de igual visibilidade para todas as pessoas, sendo a forma circular o melhor modo de organizá-los. Dessa maneira, todos devem ter a possibilidade de se expressar, incluindo os tímidos ou com algum tipo de limitação, e, assim, refletir coletivamente sobre o tema a ser discutido (BRASIL, 2010).

Diante do exposto, buscou-se com este estudo relatar a experiência da formação de crianças e adolescentes multiplicadores de ações de prevenção e combate ao abuso infantojuvenil, a partir do referido projeto.

Processo metodológico

Trata-se de um relato de experiência a partir da vivência como acadêmica no projeto de extensão “Abuso infantojuvenil: multiplicar para combater”. O projeto foi fomentado pela Pró-reitoria de Extensão (PROEX) do Instituto Federal de Educação, Ciências e Tecnologia

do Rio de Janeiro (IFRJ), por meio dos editais nº 07/2016 e nº 08/2016 com vigência entre junho de 2016 a junho de 2017.

O cenário da intervenção foi uma escola da rede municipal de ensino da cidade de Nova Iguaçu. Trata-se de uma escola tradicional na região que incentiva os alunos a práticas educacionais no contraturno do horário regular de aula. A escola possui 849 alunos matriculados, distribuídos entre Educação Infantil, Ensino Fundamental I, Ensino Fundamental II e EJA (INEP, 2018).

O projeto foi desenvolvido no período de agosto de 2016 a julho de 2017, mas a intervenção na escola aconteceu entre março a junho de 2017. E contou com a participação efetiva das duas acadêmicas do curso de Fisioterapia do IFRJ e 15 crianças e adolescentes que foram formados para atuarem como multiplicadores de ações de prevenção e combate ao abuso infantojuvenil. As fontes de dados usadas para a avaliação do projeto foram o diário de campo das bolsistas, formulários de avaliação e roda de conversa.

Contextualização do projeto

A ideia para a elaboração do projeto surgiu a partir da atuação da docente coordenadora em uma ação pontual no dia Mundial de Prevenção e Combate ao Abuso e Exploração Infantil, organizada pelo grupo Charis Teatral do Campus Realengo que, por meio de técnicas teatrais, desenvolvia ações de educação em saúde. Tais ações tinham o objetivo de conscientizar a população sobre a necessidade de prevenção e combate ao abuso infantojuvenil.

Diante do interesse de alguns discentes dos diferentes cursos de graduação oferecidos no campus Realengo, formou-se um grupo de estudo sobre a temática abuso infantojuvenil, gerando a motivação para a construção de um projeto a ser submetido a edital de fomento. O projeto intitulado “Abuso infantojuvenil: multiplicar para combater” teve como propósito formar adolescentes multiplicadores de ações de prevenção e combate ao abuso. Caracterizava-se como uma tentativa de promover articulação entre ensino-pesquisa- extensão e de estreitar parcerias com outros setores, para além do campo da saúde, reforçando o caráter intersetorial das ações de educação e promoção da saúde.

Teve como público-alvo crianças e adolescentes da rede municipal de ensino da cidade do Rio de Janeiro, especialmente estudantes cursando do 7º ao 9º ano. Visou estimular o protagonismo dessas crianças e adolescentes tornando-os multiplicadores de ações de prevenção e combate ao abuso infantojuvenil no território. A estratégia baseou-se nas

potencialidades advindas da educação por pares. O projeto tinha como ações previstas a realização de oficina de sensibilização a respeito do abuso infantojuvenil; formação de grupos de crianças e adolescentes multiplicadores da discussão a respeito do abuso infantojuvenil; oficinas para capacitação dos multiplicadores a respeito da conscientização e combate ao abuso infantojuvenil das estratégias de atuação dos multiplicadores; atividade de intervenção voltada para a comunidade escolar e externa; avaliação da atividade por parte da comunidade escolar e externa; avaliação da experiência de tornar-se multiplicador; e avaliação da experiência da participação discente no projeto de extensão.

Inicialmente, as atividades seriam realizadas em uma escola do município do Rio de Janeiro, com alunos do ensino fundamental, especialmente entre os 7º e 9 anos. Devido à mudança na gestão municipal e posterior greve do IFRJ entre agosto e dezembro de 2016, as ações foram adiadas e acabaram sendo inviabilizadas na cidade do Rio de Janeiro, por não ser possível cumprir todas as exigências da secretaria municipal de educação no tempo de vigência do projeto.

Em março de 2017, a orientadora e as discentes participantes realizaram uma visita a uma escola no município de Nova Iguaçu, firmando-se parceria para a realização das intervenções no local. A equipe pedagógica da escola indicou 15 alunos entre o 7º e 9º anos e, no decorrer das atividades, verificamos que os alunos indicados mesclavam o perfil entre excelentes e aqueles considerados problemáticos, especialmente no que se refere à questão disciplinar.

Foram realizados oito encontros semanais no contraturno das aulas para que não houvesse prejuízo no cronograma regular da escola. Além disso, cada encontro tinha como objetivo instrumentalizar os estudantes para que eles se tornassem multiplicadores, sempre com uso de metodologias participativas e buscando traçar estratégias a partir da realidade dos alunos. Essas atividades estão listadas no Quadro 1, que apresenta as dinâmicas propostas e os objetivos para emprego delas, a fim de levar ludicidade à formação dos multiplicadores.

Quadro 1 – Dinâmicas propostas como instrumento metodológico nas intervenções

Dinâmicas	Objetivos
Apresentação	Criar vínculo entre educadores e multiplicadores.
“Medo de desafios”	Mostrar aos participantes como é amedrontador ver-se em situações de perigo ou vergonha.

“Nó”	Ajudar o grupo a compreender o processo vivido enquanto vítima e como tornar-se multiplicador pode ajudar a encontrar uma solução para as subnotificações existentes.
“Cara ou Coroa”	Estimular a adoção de comportamentos assertivos; discutir a questão da violência; refletir sobre a influência da linguagem verbal e não-verbal na resolução de conflitos e desenvolver competências de resolução de conflitos
“A Escultura”	Provocar a capacidade de imaginação e fantasia dos participantes sobre situações de denúncia de Abusos e Consequências destes atos para as vítimas.

Fonte: As autoras (2019).

Na sequência das dinâmicas o grupo seguia para um momento operativo no qual o plano de ação dos multiplicadores foi sendo construído. O quadro 2 mostra as ações desenvolvidas a cada encontro, com seus objetivos e metodologia utilizada.

Quadro 2 – Ações desenvolvidas no projeto

Encontro	Objetivo	Metodologia
1	<ul style="list-style-type: none"> a) Utilizar de forma pedagógica os conhecimentos acerca dos tipos de abuso existentes; b) Promover conhecimento e a integração entre os participantes; c) Trabalhar a expectativa do grupo em relação ao projeto 	<ul style="list-style-type: none"> - Apresentação das facilitadoras aos multiplicadores; - Questionamento aos participantes sobre o que é o abuso infantojuvenil; - Explicação com referências teóricas sobre abuso infantojuvenil e os tipos existentes.
2	<ul style="list-style-type: none"> a) Conceituar violência infantojuvenil; b) Refletir sobre os conceitos de abuso e violência; c) Conhecer a utilização dos métodos pautados na autonomia dos participantes; 	<ul style="list-style-type: none"> - Dinâmica; - Roda de conversa sobre o entendimento dos assuntos discutidos anteriormente; - Solicitado que realizassem busca em jornais e revistas sobre casos de violência infantojuvenil e levarem no encontro seguinte.
3	<ul style="list-style-type: none"> a) Instrumentalizar os participantes com estratégias para multiplicar os conhecimentos adquiridos; 	<ul style="list-style-type: none"> - Dinâmica; - Confecção de cartazes ilustrativos com conteúdos relacionados aos tipos de abuso existentes para apresentarem a comunidade interna durante os intervalos de aula.

4	a) Refletir e problematizar as percepções sobre os temas apresentados nos cartazes para a comunidade interna da escola;	- Roda de conversa organizada pelos multiplicadores com relato dos produtos das apresentações na escola.
5	a) Vivenciar o processo pedagógico da problematização.	- Dinâmica; - Roda de conversa sobre o andamento do projeto.
6	a) Instrumentalizar os participantes com estratégias para multiplicar os conhecimentos adquiridos;	- Escolha das atividades que seriam apresentadas pelos multiplicadores no evento
7	a) Vivenciar o processo pedagógico da problematização; b) Instrumentalizar os participantes com estratégias para multiplicar os conhecimentos adquiridos;	- Dinâmica - Roda de conversa - Ensaio para o evento final
8	a) Apresentar à comunidade interna e externa os resultados das atividades desenvolvidas no projeto; b) Aplicar a avaliação do projeto com os multiplicadores;	- Esquetes escolhidas pelos multiplicadores com situações de violência; - Apresentação de cartazes com dados de violência no Brasil; - Aferição de pressão arterial, medição de taxa de glicose; - Atividades recreativas para a comunidade.

Fonte: As autoras (2019).

Os recursos didáticos adotados em cada sessão foram selecionados segundo o critério da adequação ao conteúdo a ser trabalhado em cada dia durante três meses. Foram utilizadas exposição dialogada, várias dinâmicas grupais e rodas de conversas. Realizaram-se oito sessões, com presença média de quinze jovens em cada uma. O tempo médio de duração de cada sessão foi de duas horas. Vale ressaltar que, ao final de cada ação do projeto, foram ofertados aos alunos lanches como agradecimento por ficarem durante o período das atividades no colégio.

Para avaliar o estudo, os multiplicadores receberam uma folha de avaliação no último encontro com as seguintes questões a serem respondidas de forma anônima: “Conte para nós como foi a experiência de participar de um projeto de formação de multiplicadores de ações de prevenção e combate ao abuso infantojuvenil. O que você mais gostou do projeto? O que você não gostou? O que você aprendeu com o projeto? O que você pode fazer como um multiplicador de ações de prevenção e combate ao abuso infantojuvenil? O que você deixa

como sugestão para a formação de novos multiplicadores?”. Vale ressaltar que a proposta de avaliação do estudo foi apenas para obter a opinião dos alunos sobre o processo vivenciado.

Multiplicar para combater: perspectivas e desafios

O projeto teve como foco garantir a liberdade dos participantes e propiciar mudança de paradigmas. Práticas que promovam a autonomia dos educandos e educadores mostram-se primordiais na educação emancipatória de crianças e adolescentes.

Durante as intervenções, a recepção da gestão escolar com as acadêmicas e também o vínculo formado entre os multiplicadores e as alunas foram essenciais para o bom andamento das ações. A partir desse vínculo, os adolescentes sentiram-se seguros para relatar experiências de violência que vivenciaram ou tomaram conhecimento. Também foi observado que alunos dispersos inicialmente conseguiram mudar de atitude conforme iam se empoderando dos assuntos e se aproximando do grupo.

No quarto encontro, uma participante explicou ter sofrido abuso físico e psicológico pela mãe. Ela relatou que devido ao acontecido, a mãe perdeu a guarda perante à justiça e ela foi morar com o pai e madrasta. No encontro seguinte, outra participante do estudo relatou ter sofrido abuso sexual por um conhecido da família, porém, ao expor o acontecido em casa não obteve apoio familiar. A estudante mencionou que, ao procurar uma delegacia para fazer um boletim de ocorrência, os policiais não aceitaram receber sua denúncia. A partir desses dois relatos é possível ver a disparidade no atendimento das vítimas pelos profissionais dos órgãos competentes em cada caso. Sendo assim, para que seja garantido o bem-estar dos jovens vítimas de abusos é necessário capacitar os profissionais que lidam com esse público para que ocorra o avanço da rede integrada ao território.

Durante o evento final ocorrido em uma manhã de sábado na escola alvo, responsáveis de alunos multiplicadores relataram mudanças drásticas em seus relacionamentos interpessoais. Uma mãe citou a mudança comportamental de seu filho, ressaltando que ele se tornou mais interessado em sua educação e, além disso, apresentou-se mais participativo quanto às interações familiares.

O abuso infantojuvenil é um grave problema de saúde pública com potencial para provocar consequências terríveis para o desenvolvimento de crianças e adolescentes vítimas, tornando-os adultos suscetíveis a reproduzir tais violências. Dessa maneira, a partir da participação no projeto, foi possibilitada a primeira autora a oportunidade de estabelecer uma relação de troca de experiências com os jovens com foco na construção de estratégias para

prevenção e combate de abuso. A vivência foi transformadora não só para os multiplicadores, como também para ela. O vínculo formado entre multiplicadores e acadêmicas permaneceu após o encerramento do estudo por meio de Redes Sociais. A oportunidade de utilizar as ferramentas da EPS tornou a experiência mais prazerosa para todos, mesmo abordando este tema tão complexo. Com isso, as acadêmicas se interessaram pela área de docência em saúde, pensando em dar prosseguimento aos estudos sobre educação e promoção da saúde no contexto escolar, como forma de contribuir para a disseminação de ações voltadas para uma perspectiva emancipatória.

Um dos desafios na execução do projeto deu-se pela burocracia entre Gestões Municipais. Logo, devido à troca de gestão municipal não foi possível implementar as atividades propostas no projeto de acordo com o cronograma inicial. No início das intervenções, foi desafiador conseguir organizar o grupo de multiplicadores para realizar as ações de acordo com o objetivo diário.

Apesar de a grade curricular dos cursos de graduação em saúde do IFRJ contar com uma disciplina voltada para a educação e promoção de saúde, isso não se mostrou suficiente para enfrentamentos de situações da vida real em que lidamos com jovens de diferentes personalidades e excesso de energia normais para essa fase da vida. Sendo assim, foi necessário aprofundar os estudos para que nos apropriássemos de referenciais que nos orientassem a como desenvolver as atividades de maneira horizontal para que não fôssemos vistas como figuras de autoridade. Ademais, o distanciamento entre a Rede de Apoio e a escola impossibilitou ações mais eficazes para denunciar possíveis casos de violência contra crianças e adolescentes.

O fim do fomento para o desenvolvimento de projetos de extensão no IFRJ interrompeu a continuação do estudo no ano seguinte, inviabilizando que os multiplicadores pudessem ser monitores na formação de novos multiplicadores e que fosse efetivada de forma consolidada a educação por pares. É necessário destacar que é imprescindível lançar mão de modelos que valorizem o compartilhamento de saberes e a construção de soluções compartilhadas locais a fim de promover ações de prevenção e combate ao abuso infantojuvenil e de forma mais generalizada garantir a efetivação dos princípios do Sistema Único de Saúde (SUS).

Diante do supratranscrito, foi possível perceber que ações de EPS e educação por pares são importantes instrumentos de transformação para crianças e adolescentes com grande potencial para prevenir e combater as situações de abuso infantojuvenil. Além disso, a participação no projeto contribuiu para ampliar o escopo da formação profissional em saúde

com abordagem intersetorial e voltada para a promoção de saúde transformando todos os atores envolvidos.

Considerações finais

É de conhecimento geral as mazelas que podem ocorrer devido situações de violência. O projeto extensionista “Abuso infantojuvenil: multiplicar para combater” teve como incentivo a possibilidade de emancipação de crianças e jovens a fim de minimizar e prevenir que eles sejam vítimas de violência.

Os encontros do projeto promoveram não só aprendizado para os adolescentes, como também para as acadêmicas participantes, estimulando-as a continuar os conhecimentos adquiridos de forma a transformar o presente relato de experiência em artigo científico, além estenderem sua formação ao mestrado acadêmico.

Espera-se que com o presente relato de experiência os estudos na temática sejam expandidos para outras escolas formando novos multiplicadores, encorajar que possíveis vítimas denunciem tais atos a fim de diminuir a realidade de subnotificação e, por fim, promover a criação de novas políticas de enfrentamento à violência infantojuvenil.

Referências

AZEVEDO, M. A.; GUERRA, V. N. A. **Violência doméstica na infância e adolescência**. São Paulo: Robe, 1995.

BARBIANI, R. Violação de direitos de crianças e adolescentes no Brasil: interfaces com a política de saúde. **Saúde em Debate**, v. 40, n. 109, p. 200-211, 2016. Doi: 10.1590/0103-1104201610916.

BRASIL. **Estatuto da Criança e do Adolescente**. Lei Federal nº 8.069, de 13 de julho de 1990. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L8069.htm Acesso em: 23/03/2019

BRASIL. Ministério da Mulher, Família e Direitos Humanos. **Balanco geral de denúncias do Disque 100 de 2011 a 2018**. Disponível em: <https://www.mdh.gov.br/informacao-aocidadao/ouvidoria/balanco-disque-100>. Acesso em: 18 maio 2019.

BRASIL. Ministério da Mulher, Família e Direitos Humanos. **Disque 100**. Disponível em: <https://www.mdh.gov.br/disque100>. Acesso em: 18 maio 2019.

BRASIL. Ministério da Saúde. **Linha de cuidado para a atenção integral à saúde de crianças, adolescentes e suas famílias em situação de violências**: orientação para gestores e profissionais de saúde. Brasília, DF: MS, 2010.

BRASIL. Ministério da Saúde. **Política Nacional de Educação Popular em Saúde no âmbito do Sistema Único de Saúde (PNEPS-SUS)**. Portaria nº 2.761, de 19 de novembro de 2013. Disponível em: http://bvsmms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/2013/prt2761_19_11_2013.html Acesso em: 23 mar. 2019.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. **Metodologias para o cuidado de crianças, adolescentes e famílias em situação de violências**. Brasília, DF: MS, 2011.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. **Saúde da criança: crescimento e desenvolvimento**. Brasília, DF: MS, 2012.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Gestão Estratégica e Participativa, Departamento de Apoio à Gestão Participativa. **Caderno de educação popular em saúde**. Brasília, DF: MS, 2007.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Gestão Estratégica e Participativa, Departamento de Apoio à Gestão Participativa. **II Caderno de educação popular e saúde**. Brasília, DF: MS, 2014.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Vigilância em Saúde. Departamento de DST, Aids e Hepatites Virais. **Adolescentes e jovens para a educação entre pares saúde e prevenção nas escolas: metodologias**. Disponível em: <https://bvsmms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/metodologias.pdf>. Acesso em: 15 maio 2019.

BRASIL. Ministério dos Direitos Humanos. Secretaria Nacional de Proteção dos Direitos da Criança e Adolescente. **Letalidade infantojuvenil: dados da violência e políticas públicas existentes**. Brasília, DF: MMFDH, 2018.

BRASIL. Ministério dos Direitos Humanos. Secretaria Nacional de Proteção dos Direitos da Criança e Adolescente. **Violência contra crianças e adolescentes: análise de cenários e propostas de políticas públicas**. Brasília, DF: MMFDH, 2018.

CARVALHO, C.P.; PINHEIRO, M. R. M. De igual para igual: a educação pelos pares como estratégia educativa, transformadora e emancipatória. **Cadernos Unifoa**, Volta Redonda, v. 13, n. 38, p. 81-90, dez. 2018.

FERRARI, D. C. A.; VECINA, T. C. C. (org.). **O fim do silêncio na violência familiar: teoria e prática**. São Paulo: Ágora, 2002.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA – INEP. **Censo Escolar 2018**. Disponível em: <http://inep.gov.br/resultados-e-resumos>. Acesso: 23 mar. 2019.

MINAYO, M. C. S. A difícil e lenta entrada da violência na agenda do setor saúde. **Cadernos de Saúde Pública**, Rio de Janeiro, v. 20, n. 3, p. 646-647, 2004. Doi: 10.1590/S0102-311X2004000300001.

SOCIEDADE BRASILEIRA DE PEDIATRIA – SBP. **Protocolo de abordagem da criança ou adolescente vítima de violência doméstica**. Setembro, 2018.

SOUZA, E. R. (org.). **Curso impactos da violência na saúde**. Rio de Janeiro: EAD/ENSP, 2007.

WORLD HEALTH ORGANIZATION - WHO. Global consultation on violence and health. **Violence**: a public health priority. Geneva, 1996. Disponível em: <http://www.who/eha/spi.poa.2>. Acesso em: 6 abr. 2019.

Submetido em 25 de setembro de 2019.

Aprovado em 8 de dezembro de 2019.